

Unidade na Submissão

17. III. 53

No regime democratico, há governo e há oposição. Governa quem obteve, senão a confiança, pelo menos o voto da maioria, e a quem governa incumbe resolver os problemas da coletividade. Quem não alcançou o voto da maioria quem não recebeu da Nação a missão especifica de governar, somente pode fazer oposição, isto é, fazer a critica do governo, apontar-lhe os erros e as omissões e, talvez, sugerir-lhe soluções. Neste caso, porém, não pode ir além da sugestão já que não tem ao seu alcance os meios de a realizar. Governar — convem repeti-lo sem temer a tautologia — resolver os problemas da coletividade, é função especifica do governo.

Entretanto, a incapacidade do governo do sr. Getúlio Vargas e a absurda rigidez do sistema presidencial, que só funciona bem quando tudo vai bem, estão baralhando noções tão simples e fundamentais. A' oposição se pede que governe, ou pelo menos, que ajude a governar, tomando um consideravel quinhão na responsabilidade do governo, isto é, associando-se à falencia do governo. E o sr. Presidente da República, por seu lado, quando fala publicamente, quando se dirige ao povo (a demagogia desconhece a nação) usa a linguagem do que seria o chefe da oposição nacional. Isto é, aponta ao governo o que êle deveria fazer e não faz. Trata-se, como se vê, de uma completa inversão de papeis.

Expressiva é a recente cronica de um jornal officioso a respeito das declarações feitas, há pouco, à imprensa pelo eminente deputado, sr. Alberto Deodato. Vamos respigá-la, porque é instrutiva.

«Tudo parece indicar que fora da união não há salvação. A discórdia politica é a principal responsavel pela situação atual. Nesse caso, não será difficil ao sr. Deodato ter a decifração do enigma que o preocupa: a culpa da nossa crise cabe, em grande parte, aos politicos. Eles não têm tido sufficiente espirito publico para superar as paixões pessoais e ajudar a resolver os problemas do país, pelos quais todos são igualmente responsaveis, quer estejam no governo, quer estejam na opposição».

Aí está, pois, claramente expressa a estranha teoria do funcionamento do regime democratico. Igual responsabilidade têm opposição e governo na tarefa que, por definição, é do governo. Uns recebem e aceitam do País o encargo; os outros é que o devem desempenhar.

A verdade é, porém, que a opposição, longe de difficil-tar, tem facilitado a tarefa do governo: quer acedendo a soluções, què em consciencia condenava, quer propondo soluções, que lhe pareciam acertadas. Se alguma increpação se lhe pudesse fazer, seria a de ter sido muito menos opposição, do que devera.

Como, pois, atribuir-lhe a responsabilidade de uma situação que não criou, não agravou, não tomou a si remediar? Nunca ao Governo se negou nenhum dos recur-

sos pedidos; não lhe faltou jamais nenhum dos meios de ação julgados indispensaveis. Como, pois, increpar à opposição a falencia do governo? Sim, porque nos repetidos e angustiosos apelos á colaboração é a confissão do malôgro governamental o que se esconde.

Mas não é somente à opposição que se procura lançar a responsabilidade da incapacidade do governo. Nela se englobam indistintamente todos os politicos. A discórdia politica é a principal responsavel pela situação atual. Mas que discórdia é essa? Será discórdia o haver varios partidos politicos, cada qual com a sua orientação propria, cada qual a sustentar, com maior ou menor sinceridade e sãbedoria, o que lhe pareça acertado? E que perturbações terá produzido tal discórdia, se o governo impôs sempre aos politicos a sua propria vontade? Se erros houve, foram os do Governo; se incapacidade há, é a do Governo. E os politicos, se pecaram, foi por omissão e condescendência. Fala-se em discórdia politica, como se as facções se estivessem degladiando e as paixões exacerbadas estivessem impedindo a ação do Governo. Tudo isto, para encobrir a incapacidade do Governo.

Em verdade, tão grave se tornou a situação do País, que se poderia talvez justificar uma alteração ocasional no funcionamento do regime democratico. Como em caso de guerra, talvez coubesse recorrer a um governo de união nacional. Que entendem, porém, por isto, o sr. Getúlio Vargas e os seus assessores? Simplesmente, um governo de geral submissão. Em troca de alguns cargos, a opposição deixaria de ser opposição, mas sem passar a ser governo, ou sem nele poder influir realmente.

Ora, a opposição não pode deixar de ser opposição, sem graves perigos para o regime. Pode, sim, transferir excepcionalmente a sua ação para dentro do governo, nele influenciando com a sua critica. Em outros termos, um governo de união ou salvação nacional somente se poderá constituir no molde tantas vezes preconizado pelo Partido Libertador: o de um governo coletivo e responsavel. Houvesse sinceridade nos que pedem ou preconizam a união nacional, e a formula já teria surgido. Mas o que se quer é a unidade na submissão.